

**20 ANOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO BRASIL:
RECORDAÇÕES CRÍTICAS**

Valéria Mendonça¹

A entrevista especial preparada pela **Tempus Actas em Saúde Coletiva**, para o número temático impresso em comemoração aos 20 anos do Sistema Único de Saúde (SUS) foi realizada na sala de reunião do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília, onde encontramos o Prof. Dr. Volnei Garrafa. Doutor em Ciências pela UNESP, com Pós-Doutorado em Bioética pela Universidade La Sapienza em Roma, Itália, na área de pesquisa comparativa entre a reforma sanitária brasileira e a italiana. É professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, atua na área de Bioética e exerce as presidências da Red-Latinoamericana e do Caribe de Bioética da UNESCO – REDBIOÉTICA e da Secção Latino-Americana da Sociedade Internacional de Bioética – SIBI. Ao também coordenador da Cátedra UNESCO de Bioética da UnB, não seria estranho perguntar um conceito do termo que tem influenciado uma geração de pesquisadores nos últimos anos. Com precisão ele afirmou: “a bioética é a ética da vida”.

No Distrito Federal, assumiu a presidência do Centro de Estudos Brasileiros de Saúde (CEBES-DF), de 1994 a 1996. “Fundamos essa entidade em 1987. Foi uma época efervescente em que fazíamos muitas coisas conjuntas, com CEBES e com a Saúde”, lembra o fundador do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Dividindo-se entre a academia e as reuniões político-sociais, Volnei diz que o tema da saúde era um dos temas fundamentais dessas reuniões que até hoje existem. Foi com o espírito despojado e acolhedor que ele teceu críticas e recordou fatos que ilustram os relatos sobre o SUS no Brasil: “O Sérgio Arouca costumava dizer uma coisa interessante: - Volnei, o Conselho Nacional de Saúde é um grande comitê nacional de bioética porque ele discute questões de acesso, direito, justiça distributiva, justiça sanitária.”

¹ Profa. Dra. Ana Valéria Machado Mendonça é jornalista, pesquisadora associada da Universidade de Brasília junto ao Núcleo de Estudos de Saúde Pública (NESP) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM). Doutora em Ciência da Informação pela UnB e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. valeriamendonca@unb.br

Tempus Actas - O Senhor foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES-DF). Como esta instituição contribuiu para a construção do campo de conhecimento, de estratégias e táticas políticas do projeto de Reforma Sanitária Brasileira?

Volnei Garrafa - A reforma sanitária brasileira surge do movimento do grupo da saúde que resistia à ditadura nos anos da ditadura militar. Pessoas do Rio de Janeiro, de São Paulo e aqui em Brasília se reuniram em torno do CEBES e em torno da ABRASCO para estarem mais próximas no sentido de defesa de princípios democráticos mais amplos e direcionando essa questão mais especificamente para a área de saúde, já que os membros que faziam parte eram dessa área. Aqui em Brasília, nós ajudamos muito. O CEBES Distrito Federal começou cedo, foi um dos primeiros, nos reuníamos semanalmente, era um grupo muito representativo. Algumas pessoas que eu lembro: Roberto Nogueira, Leda Del Caro Paiva, Carlyle Guerra de Macedo que depois foi Diretor Geral da OPAS, o Pelegrini, César, de Belo Horizonte, enfim, era um grupo muito representativo que se reunia regularmente. Em 1979 a Comissão de Saúde, então Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados organizou o 1º Simpósio de Política Nacional de Saúde no Brasil, em agosto de 79 se eu não me engano, e foram essas reuniões, as discussões desses grupos, que começaram a plantar as primeiras sementes do que foi a reforma sanitária e do que hoje é o SUS. O David Capistrano trouxe ao Brasil o Professor Giovanni Berlinguer, e o CEBES começou a traduzir livros do Berlinguer que eram passados de mão em mão. O saudoso Deputado Sérgio Arouca cansou de dizer isso, o Berlinguer foi realmente o grande ideólogo da reforma sanitária brasileira. Os livros dele serviram como base, comparando à reforma sanitária italiana com o que passou a acontecer aqui. Esse simpósio de 79, a Comissão de Saúde da Câmara era composta pelos deputados Euclides Scalco, do Paraná, Max Mauro, que depois foi governador do Espírito Santo e Ubaldo Dantas que foi Prefeito de Itabuna, na Bahia. Esses três parlamentares, todos eles do grupo autêntico do PMDB realmente deram um espaço muito forte para as visões públicas e progressistas da saúde nesse simpósio, que eu reputo como fundamental. A partir daí, nos anos 79 e 80, esse grupo continuou se reunindo periodicamente e construindo. A Revista Saúde em Debate já saía regularmente, ou melhor, saía como possível, mas ela ajudava tanto na luta política com notícias como no aprofundamento das questões. Aqueles momentos dos anos 76 a 80 foram o primeiro plantio do que depois, com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, veio à tona com o capítulo constitucional brasileiro, mas sem dúvida o CEBES tem um papel transcendental na organização de todo esse movimento e de todo esse rico processo.

T.A. - O quanto o movimento da Reforma Sanitária influenciou o arcabouço teórico, jurídico da criação do Sistema Único de Saúde (SUS)?

V.G. - Sem dúvida nenhuma o SUS nasce com o movimento da reforma sanitária. Nasce dessas idéias da reforma sanitária italiana. Hoje isso está bastante mudado, mas os conceitos de universalidade do acesso, de descentralização administrativa, conceitos que dão a sustentação da equidade, dão a sustentação ideológica e conceitual do SUS, eles, sem dúvida nenhuma, começaram todos dentro dessa luta política do CEBES, principalmente do CEBES no campo político e a ABRASCO no acadêmico, que desaguaram na reforma sanitária. Sem dúvida nenhuma isso aí está na história brasileira. O SUS vem desse movimento da reforma sanitária, isso aí foi uma luta muito dura entre os anos 80 a 86, 87, quando essa idéia foi amadurecendo. Antes do SUS tinha uma proposta chamada Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), isso foi de 81 para 82. Eu quero recordar aqui também um nome importante, Eduardo Kertz. O Eduardo era coordenador de Saúde do IPEA, e foi um dos idealizadores do Programa de Interiorização de Ações de Saneamento e Saúde (PIASS), que era para pequenas cidades brasileiras. O PIASS também não deixou de ser um dos vetores iniciais de todo esse movimento. Eram coisas que iam acontecendo num lado e outro, e que o CEBES, via movimento da reforma sanitária, canalizou para a 8ª Conferência Nacional de Saúde, para a constituinte brasileira e que acabou dando origem ao que hoje é o SUS.

T.A. - Em que circunstância e por que o SUS foi criado?

V.G. - Até os anos 80 havia uma separação completa entre saúde e previdência. O Ministério da Saúde cuidava de ações básicas e a Previdência cuidava da doença. A gente inclusive brincava: há o Ministério da Saúde e há o Ministério da doença. Depois, com a presença de Hesio Cordeiro no antigo INAMPS, o Hesio também era um egresso do CEBES e do Movimento Sanitário, começou a se trabalhar a unificação de saúde com previdência. A previdência ficou realmente previdenciária e o Ministério da Saúde ficou cuidando de toda a saúde, isso foi sendo uma construção lenta, difícil, mas esses momentos foram fundamentais. Até então essa separação de saúde e de doença, que era uma separação sem dúvida nenhuma ideológica, foi sendo superada lentamente. É claro que estamos longe ainda hoje de suplantarmos todos esses problemas, mas o Brasil eu acho que está numa construção, desde aqueles anos,

são 30 anos de uma construção lenta que vem sendo feita, onde todos esses atores têm tido um papel fundamental.

T.A. - O Movimento Sanitário Brasileiro, no momento de desenhar os princípios doutrinários e as diretrizes propostas para o SUS, previu a situação de crise que o mesmo enfrenta atualmente?

V.G. - Considero uma crise, mas eu acho que todo processo tem que ter crise para avançar. O movimento não, toda a política brasileira não imaginava tudo que veio depois da chamada Nova República. Com a caída da ditadura e com a morte de Tancredo Neves antes de assumir, José Sarney que era um membro da ditadura, um político ligado à ditadura, assumiu a Presidência do Brasil e implantou-se a Nova República. Foi uma decepção muito grande. Nós achávamos que tudo que tinha sido colocado, tudo que tinha sido conquistado eram coisas já perenes, e isso foi um ledão engano. O SUS, claro que não era algo construído, algo pronto, ele passou e passa por muitas mazelas e tem que ser constantemente aperfeiçoado. Esses princípios ,todos que estavam desde o começo, e volto a dizer: universalidade do acesso, a descentralização administrativa, a equidade no trato das pessoas, do sistema e etc., todos esses princípios basilares têm que ser constantemente aperfeiçoados. O SUS de hoje representa um referencial extraordinariamente importante, mas tem que continuar a politização deste SUS e, sem dúvida nenhuma, tem que ser aprofundado.

T.A. - Os princípios doutrinários e as diretrizes propostas para o SUS são os mesmos vividos hoje?

V.G. - Não. Eu acho que hoje está começando a haver uma infiltração muito grande de setores da privatização dentro do SUS, e o SUS é um sistema realmente público, universal, e essa universalidade tem sido problemática. Eu acho que temos que aprender a discutir melhor, por exemplo, a questão do acesso às novas tecnologias, que são extremamente caras, os benefícios básicos necessários e indispensáveis para toda a população. Os recursos ainda são insuficientes, mas o Brasil tem obrigação de colocar mais recurso ainda. É vergonhoso o referencial baixo, o percentual baixo que o Brasil despense ainda com saúde enquanto países como Argentina, aqui, próximos de nós, despendem quase o dobro, isso é inadmissível. Eu acho que algumas medidas corretas foram tomadas, por exemplo, essa questão de

Entrevista

descentralizar o poder federal para estados e municípios. Acho que o grande vetor tem que ser o município, mas tem se cometido erros, por exemplo: o controle social, que é fundamental, ele lutou por uma coisa com a qual eu não concordo, do Ministro sair da presidência do Conselho Nacional de Saúde (CNS), seja quem for o Ministro da Saúde eu acho que a presidência do Conselho deveria continuar sendo do Ministro porque isso dá um *status* muito forte para o Conselho Nacional de Saúde, dá um *status* político. Acho que é uma conquista social, ou seja, uma vitória que você ganha e não leva. É muito democrático e bom você ter uma pessoa do controle social presidindo o Conselho Nacional de Saúde, mas o peso político, o comprometimento de um Ministro de Estado, seja ele qual for, com um Conselho, que é tripartite, acho fundamental. Assim, o SUS e o Conselho Nacional de Saúde têm cometido vários erros. Tem que abrir mais essa discussão. Tem que aproximar mais uma vez a saúde da academia para haver mais reflexões conceituais sobre o que está acontecendo. A criação dessa revista é um exemplo fundamental de recuperação dessas reflexões. Eu acho que tem que haver uma aproximação maior de uma vez por todas e que nunca houve entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação, os hospitais universitários e as universidades têm que se comprometer. Nossas dezenas de faculdades de medicina, odontologia, nutrição, enfermagem, fisioterapia, têm que, definitivamente, começar a formar recursos humanos para o Sistema Único de Saúde e não formar recursos humanos para o mercado.

T.A. - Como Senhor avalia o SUS?

V.G. - O SUS é uma conquista extraordinária do Brasil. Hoje mesmo os poucos recursos, os pequenos recursos que o Brasil depende para o SUS em termos de porcentagem, comparativamente com o PIB, o sistema brasileiro é disparado o melhor da América Latina, comparando com Argentina, México, sem dúvida nenhuma, mas ele tem muitas mazelas. Essas mazelas nós acreditávamos que, com a criação dele a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde e da Constituição Brasileira, da nova Constituição de 88, essas coisas seriam resolvidas num toque de mágica, e não foram resolvidas. Já vamos completar 20 anos este ano de nova Constituição brasileira e o SUS tem que ser aprimorado. Por isso eu acho que temos que voltar a ideologizar, politizar um pouco o SUS. Claro que temos que, por um lado, olhar para o aspecto técnico do desenvolvimento de todo o processo, mas a politização, quer dizer, o papel verdadeiro do Estado dentro de todo esse processo tem que ser revisto, ele tem que ser re-politizado. O SUS hoje está muito tecnificado com os setores privados gananciosos

entrando muito fortemente dentro dele via algumas prefeituras. Acho que é fundamental a descentralização, mas o governo central via Ministério da Saúde, tem que tomar algumas medidas no sentido de segurar ou assegurar esse grande lema que o Brasil tem que saúde é um direito de todos e é dever do Estado proporcionar esse benefício para as pessoas. Infelizmente as pessoas não têm tido acesso, grande parte dos brasileiros não tem tido acesso a atendimento médico de qualidade universalizado por mazelas do sistema, mas nós, que somos do setor, temos obrigação de trabalhar duramente politizando esse processo no sentido de aperfeiçoar uma conquista que é extremamente cara, mas o SUS tem que ser tratado com muito carinho. Ele não pode ser abandonado, pelo contrário, temos que ir aprimorando. Vejo o SUS como uma conquista extraordinária, mas que tem que ser tratado com muito cuidado.

T.A. - Como o Senhor vislumbra o SUS daqui a 20 anos?

V.G. - Temos que acreditar nas utopias. Se nós tomarmos, por exemplo, alguns referenciais epidemiológicos de mortalidade infantil, de mortalidade materna de 20, 30 anos atrás o Brasil mudou muito. Para usar uma frase daquele ex-ministro da época do Collor, o saudoso Magri, se o Brasil não melhorou na velocidade que ele deveria com o Sistema Único de Saúde no setor de saúde, ele “despiorou”, essa é uma frase Magriana, ele “despiorou” sensivelmente, alguns indicadores sociais avançaram significativamente, mas com muito menos velocidade do que nós necessitaríamos. Agora, eu acho que isso aí faz parte do processo histórico do Brasil. O país ficou muito tempo muito atrasado, muito descolado das tecnologias de ponta do mundo. O SUS não vai resolver essa questão de uma hora para outra, por isso que a politização do processo no sentido de reflexões profundas de verdadeiros compromissos públicos do Estado deve seguir no sentido de aumentar o percentual de recursos para a saúde, referenciado com o PIB Brasileiro. Também observo essa aproximação obrigatória com o Ministério da Educação, no sentido da formação de pessoal para dentro do SUS. Uma das coisas fundamentais que até hoje não foi feita é reestruturação da educação no país, a educação no campo sanitário, o Ministério da Educação, os currículos universitários para essa nova realidade ainda não estão adaptados. As universidades continuam formando profissionais para uma iniciativa privada que não é condizente com o SUS. Por isso eu vejo com esperança o SUS daqui a 20 anos, mas há uma longa caminhada para nós percorremos e os mais jovens, que têm de arregaçar as mangas e irem fazendo os ajustes necessários e indispensáveis para esse processo.